

Empreendedorismo de si e capitalização da vida: das engrenagens do tempo de produção à resistência do homem lento

Entrepreneurship of self and capitalization of life: from the gears of production time to the resistance of the slow man

Paula de Melo Ribeiro.

Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

RESUMO:

Tendo como suporte a narrativa de uma experiência de trabalho em uma ONG, esse escrito assume, como objetivo principal, a investigação de algumas engrenagens do “empreendedorismo de si” em nossa sociedade. Assim, tomando como fio condutor a questão do empreendedorismo sob a forma da “capitalização da vida”, esse trabalho se desdobra em alguns eixos de análise tais como a urgência de um tempo da produtividade – onde não há separação da produção de subjetividade da econômica – e a criação de zonas de resistência num mundo regido pela velocidade. Partindo de um relato de experiência, esse artigo se desenvolverá atrelando essa narrativa a uma breve pesquisa bibliográfica, em que faremos uso de autores como Michel Foucault, Maurizio Lazzarato, Gilles Deleuze e Felix Guattari.

Palavras-chave: empreendedorismo de si; capitalização da vida; resistência.

ABSTRACT:

Supported by the narrative of a work experience in an NGO, this writing assumes, as his main objective, the investigation of some gears of the “entrepreneurship of itself” in our society. Thus, taking the issue of entrepreneurship in the form of “capitalization of life” as the guiding thread, this work unfolds in some axes of analysis such as the urgency of a productivity time – where there is no separation of the production of subjectivity from the economic one –, and creation of zones of resistance in a world governed by speed. Starting from an experience report, this article will be developed linking this narrative to a brief bibliographical research, in which we will make use of authors like Michel Foucault, Maurizio Lazzarato, Gilles Deleuze and Felix Guattari.

Key-words: entrepreneurship of itself; capitalization of life; resistance.

Introdução

Na complexidade de sua vida, Emma rompia com vários códigos – familiares, empreendedores, maternais, femininos. Sozinha, vivia com dois filhos (um menino e uma menina) em um barraco numa determinada favela. Na percepção de muitos, tais crianças resumiam-se a pequenos indomáveis e indisciplinados os quais aparentavam estar constantemente sujos. Maria, a mais velha, tinha uns quatro anos. Com semblante quase sempre sisudo, afugentava a pontapés as crianças que tentavam se aproximar. Contudo, apesar da rispidez com os demais, cuidava com um carinho comovente do

irmão mais novo que sofria de um problema cardíaco. Assim, com a coragem de uma leoa, a franzina garota defendia o irmão de qualquer aproximação não desejada.

Ainda que as inúmeras oficinas artísticas oferecidas pela ONG em que trabalhávamos não despertassem a atenção dos irmãos, nas sextas-feiras, no fim da tarde, eles sempre se dirigiam ao espaço para assistir filmes. A “polícia das famílias” (funcionários da empresa social), atenta ao comportamento arredo das crianças e à dita agressividade de Maria, não tardou em acionar a psicologia e o serviço social para investigar o caso. A patrulha em questão já havia averiguado que a mãe das crianças era uma suposta “drogada” que, segundo eles, negligenciava o cuidado com as crianças. Numa breve análise, a conclusão se fez de pronto: para os funcionários da ONG, era necessário incluir aquela mulher para que assim pudesse melhor cuidar de seus filhos. Em outras palavras, era preciso alocar Emma em um emprego. A preocupação com Emma, sua inclusão, dizia respeito necessariamente à urgência de empregá-la.

Imbuídos do desejo de salvar a vida de Emma e seus filhos, os agentes que se diziam protetores de Direitos Humanos direcionavam seu discurso para a prescrição de uma série de práticas que resultariam num novo modo de viver. Nessa lógica, era preciso que Emma localizasse em si a fonte de seus infortúnios.

Esse tipo de abordagem, por certo, tornara-se corriqueiro naquele espaço: nos atendimentos aos moradores da favela, esperava-se que os indivíduos se responsabilizassem pelas suas escolhas, mostrando-se capazes de se transformarem em empreendedores de si. Neste esteio, notava-se que autocuidado e produtividade eram requisitos para o investimento nestas pessoas. Dessa forma, a identificação das escolhas que comprometeriam seu futuro e a ligação dessas a sua personalidade operavam como um pacificador dessas subjetividades; em outras palavras, essas pessoas eram convocadas a não mais contestar a situação em que se encontravam, mas a investir em seus potenciais para pretensamente mudar de vida. Neste âmago, a prática psicológica corria (corre) sempre o risco de servir como legitimadora de um trabalho dito humanizado.

Acontece que a cada proposta de trabalho, Emma simplesmente se afirmava lançando uma negativa. Com uma tranquilidade estarecedora, não aceitava as propostas de encaminhamento a trabalhos. Tal qual o personagem Bartleby dos escritos de Melville (2003), de maneira desconcertante, Emma ia recusando cada proposta direcionada a ela, o que provocava verdadeira consternação na equipe.

Maria e eu tivemos um bom encontro, criamos um laço de amizade. Sempre que vinha ver filmes, passava por minha sala para dizer um “oi”. Eu não estava imune, também era atravessada pelo discurso asséptico hegemônico; por vezes, me pegava imaginando-me cuidadora de Maria. Imaginava o quão feliz aquela criança seria sob meu cuidado, procurava a menininha limpinha e domesticada por trás da sujeira e magreza. Logo procurava censurar o meu ideal de salvadora: afinal, por que seria eu melhor cuidadora que Emma? Contudo, não podia deixar de me apaixonar por aquela criança, inteligente e perspicaz, que mesmo com tenra idade possuía um senso de humor aguçado temperado com certo cinismo.

Emma, por sua vez, permanecia um enigma. Aos poucos, ficaria nítido que sua negação era uma forma de resistir a nossas intervenções inapropriadas. O mais perto que cheguei daquela família foi através da janela do ônibus que percorria a Avenida Brasil num fim de tarde de muito sol. Da poltrona encardida, vi Emma na marginal puxando um carrinho cheio de papelão; o sol ainda ardia no asfalto e ela seguia seu caminho lentamente. Naquele difuso instante, em meio à velocidade dos carros e das pessoas, a mulher parecia resistir ao não ter suas ações determinadas pelos relógios e pressão vindas de outros.

Em cima da montanha de papelão estavam Maria e seu irmão mais novo. De perninhas cruzadas, trazia à mão um pequeno guarda-chuva com a figura desbotada de uma princesa loura. Em meio à cena, só consegui sorrir e concluir que naquele momento Maria era a “dona do pedaço”. Naquele instante, aquelas pessoas me mostravam que era crível experimentar outros possíveis.

Havia tanto amor e cuidado naquela cena. Havia também uma dobra: a princesa loura apesar de fazer parte da cena, estava do lado de fora. Permanecia impressa na borda de fora do guarda-chuva. Se de Emma pouco soubemos, por outro lado, nossa posição enquanto empresa social estava bem evidente: a consagração do trabalho como valor. E sabemos que trabalho em nossa sociedade tem um caráter propositalmente ambíguo, “pois trabalho significa doravante o ‘trabalho sobre si’ que é preciso efetuar para se metamorfosear em empresa individual” (LAZZARATO, 2010: 174). Aquela mulher considerada fora dos padrões era perversamente culpabilizada; afinal, aos olhos daqueles que supostamente tentaram lhe ajudar, ela apenas teria escolhido o caminho dito mais fácil. Diante da celeridade do mundo, Emma parecia imóvel, acomodada em sua condição.

* * *

Ao iniciar esse escrito, reportamo-nos a esse pequeno fragmento que intenta recortar uma experiência da psicóloga/pesquisadora. Essa experiência de trabalho se deu em uma Organização Não Governamental (ONG) que tinha por escopo a dita problemática da garantia de direitos. Foi neste campo de atuação que surgiu nosso interesse em pesquisar a temática do empreendedorismo de si, pois neste espaço tornara-se corriqueiro o uso desse discurso nos atendimentos aos moradores das favelas. Assim, esse pequeno escrito teórico surgido de uma experiência de campo tem a intenção de apontar o funcionamento de algumas engrenagens presentes nos discursos/práticas do empreendedorismo de si em nossa sociedade.

Possuindo como disparador um relato de experiência, esse artigo se desenvolverá à medida que atrela a essa narrativa uma breve pesquisa bibliográfica cujo cerne será a discussão em torno da capitalização da vida (em sua face empreendedora) e a criação de lampejos de resistência. Dizemos lampejos, pois acreditamos que numa atualidade de crescente obscurantismo em que, no Brasil, o neoliberalismo se alia a práticas conservadoras a resistência parece ser possível apenas em vislumbres de faíscas. Orellana (2012), estudioso de Foucault, nos adverte que os poderes e as resistências encontram-se difundidos em uma mesma trama de relações. Assim, a relação de poder tem seu limite delineado na existência de resistências, ponto a partir do qual é possível retroceder e se reconfigurar. “Por sua vez, os pontos de resistência têm seu ápice nos mecanismos de sujeição, reinventando-se a partir do enfrentamento, escrevendo sua diferença sob a linguagem do poder” (p.44).

Empreendedorismo e busca do capital humano

Nas sociedades marcadas pelo neoliberalismo, o investimento estatal no campo do bem estar social, frequentemente, tem se restringido a criação de condições que supostamente possibilitariam a cada um educar-se para formar-se como “capital humano”. Cabe salientar que esse funcionamento estatal não se faz presente apenas nos governos ditos de direita, mas também encontra sustentação nas políticas sociais de esquerda. “Trata-se de uma educação para cada um, como trabalhador em busca de um emprego, que invista em si como o empreendedor de si, um ator participativo, um cidadão monitor, um consumidor com discernimento do melhor do mundo utilitarista [...]” (PASSETTI, 2011: 49). E o autor acrescenta:

Mais do que obter segurança e seguros fornecidos pelo Estado, o trabalhador como capital humano deve: conseguir tudo por si mesmo, atuar em parceria com os seus, equipar-se eletronicamente, voltar-se para compor uma família estruturada de curta, média ou longa duração, ter convicção religiosa, crer na educação pelo castigo, na punição mínima ou máxima das infrações, enfim, combinar a necessidade do diploma escolar com as certificações variadas que o prepararão para sua ampliada educação, certificada dentro das empresas [...] (PASSETI, 2011: 50).

Ainda no que diz respeito ao neoliberalismo, mais especificamente em sua versão norte-americana, nota-se que determinados valores econômicos migraram deste campo para outros domínios da vida social. Segundo Foucault (2008: 334), essa prática de cifrar em termos econômicos os mais diversos comportamentos sociais tem se disseminado à medida que ganha um forte poder normativo: nos processos e políticas de subjetivação, os ditos sujeitos de direitos vêm sendo substituídos pelos “empreendedores de si”. Daí, segundo o filósofo, surge a concepção de “capital humano” em que estudo, alimentação, trabalho, afeto, cuidado são pensados como investimentos que agregam valor aos sujeitos. Não podemos esquecer que inerente a esse pensamento, como um de seus efeitos, está a ideia de que, como alguns investem em si mais que outros, há pessoas cuja vida “valeria mais”.

Junto a isso, observa-se que o Estado adquire, crescentemente, o direito de intervir para fazer viver, para majorar a vida, multiplicá-la e torná-la isenta de todo tipo de acidentes, eventualidades e deficiências. Ou seja, a política de Estado não está separada da micropolítica atualizada em nossas práticas cotidianas: somos governados também a partir daquilo que sentimos e de como agimos. A política de Estado, em nosso tempo, é construída e atualizada no mesmo plano em que se dá a subjetivação; pois o ue seria a biopolítica, descrita por Foucault (2005), senão o acoplamento do capital ao mesmo plano de imanência da vida?

A perspectiva de governo chama a nossa atenção para todos os numerosos programas, propostas e políticas que têm tentado moldar a conduta de indivíduos – não somente controlar, subjugar, disciplinar, normalizar ou reformá-los, mas também torná-los mais inteligentes, sábios, felizes, virtuosos, saudáveis, produtivos, dóceis, empreendedores, satisfeitos, cheios de autoestima, dotados de poder, ou o que quer que seja. Ela nos ajuda a nos libertarmos da visão profundamente enganadora de que devemos entender as práticas de normatividade que têm modelado nosso presente em termos do aparato político do Estado (ROSE, 2011: 25).

No que diz respeito ao papel da psicologia neste íterim, Rose (2011), em seus estudos, nos mostra como o crescimento das tecnologias intelectuais e das práticas da psicologia nas sociedades ocidentais está entrelaçado, intrinsecamente, à própria história do governo liberal, ou, mais especificamente, às transformações no exercício de poder nas democracias contemporâneas. O conhecimento teria um lugar privilegiado na condução da conduta contemporânea: “qualquer tentativa legítima de agir sobre a conduta deve incluir alguma forma de entender, classificar e, então, ser articulada em termos de algum sistema explícito de pensamento e julgamento” (ROSE, 2011: 26).

Assim, pelas mãos do psicólogo, a governamentalidade se efetiva a partir de sua capilarização no cotidiano dos sujeitos. Logo, torna-se claro que governar cidadãos democraticamente constitui “governá-los através de suas liberdades, escolhas, e solidariedades, e não apesar delas. Significa transformar sujeitos, suas motivações e inter-relações, de lugares de resistência em potencial ao governo em aliados” (ROSE, 2011: 36).

Nesse jogo de poder, de condução da conduta, a intervenção sobre Emma, personagem de nosso relato, é marcada pelo sentimento de piedade dos funcionários que tentaram a todo custo acomodar aquela família no lugar de vítima impotente. Como apontara Hara (2007: 256), “a piedade é uma peça fundamental para transformação do homem no melhor animal doméstico do homem”. Neste contexto, é notória a forma como o discurso da culpabilização tem múltiplos endereçamentos: preponderantemente, é direcionado à população pobre, a qual é acusada de não “investir em si”; porém em alguns momentos a culpa é utilizada pelo público abastado que passa a ver no pobre a figura do inválido, vítima impotente diante do sistema. É neste momento, que estudiosos e especialistas, inebriados pelo discurso do empreendedorismo, só conseguem enxergar no outro impotência e, conseqüentemente, se apresentam com a missão de “falar em nome das vítimas do sistema”.

A fim de facilitar o processo de domesticação do homem, anulamos exatamente aquilo que é singular em cada um de nós. Ao invés de estimular permanentemente, criar as condições favoráveis para patejar o que há de singular em cada um de nós, optamos pela uniformidade, pela indiferenciação, pelo conforto de ser igual, o que torna tudo mais fácil para o processo de educação dos sentidos, e talvez torne, de fato, a própria existência do homem menos dolorosa. Só que isso tem um preço que todos conhecemos: a esterilização do futuro, a desertificação do futuro (HARA, 2007: 267).

Portanto, os dois discursos, seja o que atribui ao pobre a condição de irresponsável o qual, hipoteticamente, não soube aproveitar as oportunidades para

ascender socialmente; ou o que afirma ser o favelado uma vítima do sistema, que carece de supostas ações assistencialistas para agregar valor capital à sua existência, marcam um lugar de “vulnerabilidade”. Pois, dentro dessa lógica, inexoravelmente, estas pessoas necessitariam ter suas condutas governadas para agregarem valor a suas vidas

Corpos compassados pelo tempo da produtividade

Como sabemos, a existência na sociedade contemporânea é caracterizada por um processo contínuo de aceleração e busca dessa subjetividade empreendedora. Na atualidade, as inovações tecnológicas, as informações que proliferam por todo o mundo e os saberes que gerem a vida são constantemente descartados em prol de descobertas mais atuais. Assim, tão rápido quanto chega, este turbilhão de novidades se torna obsoleto. O indivíduo dito empreendedor de si, perplexo, se vê mergulhado numa incessante busca pelo novo.

Nossa experiência com Emma nos mostrou que, nessa sociedade regida pelo empreendedorismo de si, não basta ser mãe. Aqueles que pretendiam mudar a vida daquela mulher acreditavam numa concepção de mãe empreendedora: ser multifacetado que concilia os cuidados com os filhos, trabalho, estudo e cuidados estéticos (estar de acordo com padrões de beleza faz parte da maternagem ideal, romantizada). Contudo, aquela mulher, em sua simplicidade, desacomodava as certezas. Na perspectiva dos funcionários da empresa social, o que não está a serviço do capital é visto como um risco. Afinal, a “ordem capitalista pretende impor aos indivíduos que vivam unicamente num sistema de troca, uma traduzibilidade geral de todos os valores para além dos quais tudo é feito, de modo que o menor de seus desejos seja sentido como associal, perigoso, culpado” (GUATTARI, 1987: 202).

Como dissemos, a partir do neoliberalismo, as decisões sobre as mais variadas dimensões da vida devem também passar pelos cálculos econômicos e suas repercussões no desempenho dos indivíduos na gestão empresarial da vida. Em outras palavras, a conjectura do capital humano assume os indivíduos como empresários de si mesmos; sendo assim, as decisões sobre a vida, como ter ou não filho, quanto tempo dedicar a esta criança, etc. são avaliadas a partir de seu impacto na gestão empresarial de si. Como dirá Guattari:

O mercado geral de valores produzido pelo capital tomará, portanto, as coisas de dentro e de fora, ao mesmo tempo. Esta traduzibilidade geral dos modos locais de semiotização de poder não depende unicamente dos dispositivos centrais, mas de "condensadores semióticos" adjacentes ao poder de Estado, ou que lhe estão

diretamente enfeudados, e dos quais uma das principais funções consiste em fazer com que cada indivíduo assuma os mecanismos de controle, de repressão, de modelização da ordem dominante (GUATTARI, 1987:202).

Enquanto empreendedores, atualizamos na criação dos filhos mais um investimento para o futuro. Os equipamentos capitalísticos organizam-se tal qual uma rede maquina tentacular que penetra em todos os níveis da vida. Dessa forma, temos uma modulação da força de trabalho onde a produção não concerne apenas aos trabalhadores: a interpenetração desses mecanismos nos afetos faz de desempregados, crianças e idosos também produtores. A educação da criança é um ótimo exemplo, pois, logo que nasce “através da família, da televisão, da creche, dos serviços sociais, é ‘posta para trabalhar’ e se engaja num processo complexo de formação, ao termo do qual seus diversos modos de semiotização deverão estar adaptados às funções produtivas e sociais que a esperam” (GUATTARI, 1987: 203).

A esse respeito, Pelbart (2003: 21), afirma que o novo capitalismo se estabelece em rede, e que, assim sendo, funciona na base de projetos que enaltecem as conexões, a movência e fluidez. Ao homem, é imposto que esteja o tempo todo conectado aos fluxos de imagem, de informação, de conhecimento e de serviços que devem ser acessados constantemente. Exemplo contundente é nossa relação com as mídias sociais: tornamo-nos ‘revolucionários das redes sociais’, no meio digital todo mal-estar gerado perante as atrocidades é rapidamente digerido em nossa catarse diária. As mídias sociais são um potente mecanismo de articulação e resistência, porém frequentemente têm ocupado o lugar de anestésicos, pacificadores de consciência, os quais tomamos em doses cavalares diariamente. Vivemos em meio a um círculo vicioso: acesso fácil a informações, ira frente às injustiças e imobilidade diante da tela. E Pélbart acrescenta:

Uma cronopolítica está em curso cujos desdobramentos ainda são desconhecidos, mas que implica necessariamente no declínio de uma profundidade de campo nas nossas atividades as mais cotidianas. [...] O paradoxo é que a desmaterialização provocada pela velocidade absoluta equivale a uma inércia absoluta. Estranha equação em que coincidem velocidade máxima e imobilidade total (PELBART: 1993: 34).

Habitar o espaço urbano exige do homem, empresário de si, uma total conectividade com tudo o que acontece no mundo; no entanto, essa conexão ocorre de forma peculiar, ela é imediata e efêmera. Aturdido na busca insaciável de algo que

fenece instantaneamente, o empreendedor, frequentemente, é fixado numa inércia em que a corrida desenfreada pelo novo impele à anestesia quanto a tudo o que o cerca.

A produção de subjetividade em tempos de servidão maquínica

Na atualidade, não há mais diferenciação entre jornada de trabalho e descanso. O sobretrabalho não ocorre apenas pelo trabalho, tornou-se penetrado na vida. Ou melhor, não há mais diferença entre sobretrabalho e trabalho, “o tempo humano cada vez mais é substituído por um tempo maquínico” (GUATTARI, 1987: 195). Como falávamos há pouco, trabalhamos acoplados a redes sociais, e-mails, etc. Nossos dias transformaram-se em tempo da servidão onde não diferenciamos mais “sujeito e objeto, humano e não humano, natural e artificial. [...] À diferença do tempo e da mais-valia humanos, os tempos e a mais-valia maquínicos têm a propriedade de não serem nem quantificáveis, nem determináveis” (LAZZARATO, 2010: 171).

Se por um lado, ao vendermos a força de trabalho, disponibilizamos nosso tempo ao estar presentes exercendo função em uma empresa, por exemplo, junto a isso, o capital está se apropriando do “direito de poder explorar um agenciamento complexo, [...] as maneiras de perceber e de sentir, todas as semióticas” (LAZZARATO, 2010: 171). Para além dos maquinismos técnicos, o capital se acopla ao “funcionamento de base dos comportamentos perceptivos, sensitivos, afetivos, cognitivos, linguísticos, etc., que se engasta à maquinaria capitalística [...]. O capitalismo se apodera dos seres humanos por dentro” (GUATTARI, 1987: 204).

Esse acoplamento se dá através do atrelamento do capital à imanência da vida; assim, aos meios habituais de repressão direta, são incrementados dispositivos de controle que demandam a cumplicidade ou mesmo o consentimento passivo dos indivíduos. “Os indivíduos são ‘equipados’ de modos de percepção ou de normalização de desejo, da mesma forma que as fábricas, as escolas, os territórios” (GUATTARI, 1987: 205).

Nesta perspectiva, no neoliberalismo não há separação da produção de subjetividade da produção econômica ou política. A subjetividade ocupa uma posição central no funcionamento do capitalismo. No núcleo do projeto político capitalista está a articulação de fluxos econômicos, tecnológicos e sociais com a produção de subjetividade, o que culmina na figura do “capital humano” ou “empreendedor de si”. É

então a partir de agenciamentos maquínicos como empresa, economia, mídia que se poderá pensar a subjetivação (LAZZARATO, 2014: 27).

De acordo com Lazzarato (2010: 170), o capitalismo exerce um duplo cinismo: “cinismo ‘humanista’ de nos atribuir uma individualidade e papéis pré–estabelecidos”, que no neoliberalismo assume o caráter de “capital humano” ou “empresariamento de si”; e “cinismo ‘desumanizante’ de nos incluir em um agenciamento que não distingue mais humano e não humano, sujeito e objeto, as palavras e as coisas”. Tomando como fundamento a obra de Deleuze e Guattari, Lazzarato tece uma discussão em que assevera que, no capitalismo contemporâneo, todo processo de produção operaria na intersecção de dois dispositivos de poder heterogêneos e simultâneos: servidão maquínica e sujeição social. Para Lazzarato (2014: 18), “é no ponto de intersecção entre eles que a produção de subjetividade se dá”.

Deleuze e Guattari distinguirão os conceitos de servidão maquínica e sujeição social da seguinte forma:

Há servidão quando os próprios homens são peças constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si e com outras coisas (animais, ferramentas), sob o controle e a direção de uma unidade superior. Mas há sujeição quando a unidade superior constitui o homem como um sujeito que se reporta a um objeto tornado exterior, seja esse objeto um animal, uma ferramenta ou mesmo uma máquina: o homem, então, não é mais componente da máquina, mas trabalhador, usuário, ele é sujeitado à máquina, e não mais submetido pela máquina (DELEUZE; GUATTARI, 2012: 168).

Portanto, a sujeição social seria o processo de equipagem do ser humano com uma subjetividade individual, ela lhe atribuiria uma identidade. É nela que se dá a produção do sujeito individuado que, no neoliberalismo, assume o caráter de “capital humano” e “empresário de si” (LAZZARATO, 2014: 27). Na servidão maquínica os viventes individuados são desmontados, despidos de suas singularidades, passam a ser concebidos como peças de uma grande engrenagem que os excede, um componente do sistema. A servidão maquínica “ativaria a dimensão molecular, pré-individual, pré-verbal, pré-social do homem”; já a sujeição social “se dirigiria à dimensão molar, individuada, da subjetividade” (LAZZARATO, 2008:114).

O servomecanismo maquínico não coincide com a alienação social. Enquanto a alienação engaja pessoas globais, representações subjetivas facilmente manipuláveis, o servomecanismo maquínico agencia elementos infrapessoais, infra-sociais, em razão de uma economia molecular de desejo, muito mais difícil de se “segurar” no seio das relações sociais estratificadas (GUATTARI, 1987: 207).

Esse funcionamento do capitalismo – que desterritorializa de um lado, para reterritorializar, à sua maneira, de outro - apresenta uma de suas faces mais cruéis e sedutoras. A sedução seria a sujeição que assegura a “reterritorialização e a recomposição dos componentes subjetivos “liberados” pela servidão maquínica sobre o “sujeito” individuado, carregando-o assim de culpabilidade, de medo e de responsabilidade”.

Contudo, podemos mapear, nesse mesmo movimento, momentos de escape. “A dessubjetivação operada pela servidão maquínica pode ser aproveitada para escaparmos às sujeições capitalistas e das sujeições individuais que nos encerram sempre de novo no eu, na pessoa, na família, etc” (LAZZARATO, 2010: 176). Com astúcia, Emma e tantos outros, em seu cotidiano, inventam táticas para sobreviver numa sociedade onde o imperativo é a produção e a eficiência a todo custo. Sendo assim, aproveitar o movimento de desterritorialização para criar outro contorno para si é um desafio que se coloca. Como forjar-se para além de uma peça entre outras de uma maquinaria social ou de um sujeito individual, um capital humano?

A resistência do homem lento no mundo da velocidade

Diante das codificações cor-de-rosa de princesas loiras ou da romantização aprisionadora que faz pesar sobre as mulheres um ideal de mãe, o guarda-chuva de Maria se faz primordial. Emma, a seu modo, encontrou uma forma de beleza na lentidão de si. E quando falamos em lentidão, estamos nos distanciando do seu significado corriqueiro: a lentidão não é um grau de aceleração ou desaceleração do movimento, do rápido ao devagar – é, sim, outro tipo de movimento. Trata-se de imprimir no ser uma outra qualidade de movimento. “Lento e rápido não são graus quantitativos do movimento, mas dois tipos de movimento qualificados, seja qual for a velocidade do primeiro, e o atraso do segundo” (DELEUZE; GUATTARI, 1996: 52).

Todavia, em um mundo regido pela celeridade, como nos mostrou nossa personagem, cultivar a lentidão não é uma tarefa fácil: ela se apresenta como uma experiência anti-empresária”, anti-produtivista num mundo onde a chave da sociabilidade é a transformação das vivências em capital. Nestes termos, um empreendimento arriscado, uma vez que “o *homo oeconomicus* é um empresário [...] empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (FOUCAULT, 2008: 311).

Contrapondo-se ao prosaico elogio à velocidade dos homens aprisionados nas engrenagens perversas dos “tempos rápidos da competitividade”, Milton Santos (1994) subverte a lógica corrente ao proclamar que a força é dos “lentos” e não dos que detêm a velocidade. Santos ressalta que, na atualidade, nas grandes cidades, é possível localizarmos áreas opacas e áreas luminosas. Nas áreas opacas, espaços abertos não racionalizados, o tempo tende a ser mais lento, já que adaptado às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado. À margem da aceleração própria às áreas marcadas pela modernidade, os espaços opacos trazem a possibilidade de tornarem-se zonas de resistência (SANTOS, 1994: 39). Não por acaso, justamente essas áreas configuram-se como espaços privilegiados na sobrevivência de uma personagem que resiste às forças verticais e externas. Personificado no homem comum, pobre, do lugar, essa figura é denominada por Santos “homem lento”.

Aqueles que habitam as áreas luminosas, áreas da velocidade e da vertigem, têm acesso à mobilidade e à tecnologia; assim, podem trafegar e esquadrihar a cidade. Acontece que esses corpos marcados pela velocidade, em geral, terminam por experimentar pouco da Cidade. Isso porque, aturdidos diante do frenesi, perdem o contato com o outro, nos gestos já não encontram surpresa. Pelbart (2016) aponta para o que denomina “saturação em todos os sentidos”. Para o filósofo, vivemos em meio a uma mobilização dos sentidos, seja através de estímulos visuais ou de palavras e sons, nossa atenção está o tempo todo capturada.

Dessa forma, os corpos velozes, cada vez mais, perdem a habilidade de sentir o mundo e as pessoas em volta, já que se encontram conformados com a repetição da técnica. “Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens” (SANTOS, 1994: 41). No cotidiano, contrastam a alta velocidade de transitoriedade de novidades e a imobilidade dos indivíduos. Parece ser justamente essa aceleração do tempo que deixa o indivíduo no mesmo lugar, pois, aflitas pela próxima inovação, pelo último celular, pelas informações do dia, as pessoas parecem transformar seu cotidiano numa simples passagem por uma série em que os elementos não têm densidade. As pessoas, as relações, os afetos, passam pelo indivíduo numa celeridade tal que não lhe deixam marcas, mas sim um eterno sentimento de vazio.

Os homens “lentos”, os quais são colocados à margem do processo de aceleração do mundo contemporâneo, têm essas imagens como puras miragens. Desprovidos dos aparatos que os tornariam céleres, entram em contato com o espaço e

com o tempo, o que lhes permite ver e sentir a cidade para além de suas fabulações; tornam-se assim velozes na descoberta da cidade. Para Santos, nosso esforço deve ser o de tentar buscar essa “nova solidariedade fundada nos tempos lentos da metrópole” (SANTOS, 1994: 41).

A dificuldade de nossa equipe em encontrar potência na lentidão de Emma nos mostra qual era a nossa inserção sobre aquele território. Isso porque, sob a perspectiva de Santos, o território é atravessado de maneira concomitante por verticalidades e horizontalidades. Dessa forma, pode ser tomado tanto como abrigo quanto por recurso a depender das relações que o atravessam. Para Milton Santos (SANTOS, 2000: 47), território é “o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Joel Rufino, em sua leitura do geógrafo baiano, assevera que “no lugar é que se dão o poder, o desejo, o afeto, a informação – a cultura, em suma. No lugar, portanto, eu diria, nascem os processos culturais autônomos, com relação ao mercado e ao Estado” (RUFINO, 2004: 131). O território é, portanto, a “[...] base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida” (SANTOS, 2000: 96).

Nas verticalidades, lugar de onde agíamos enquanto empresa social, há o interesse em adaptar os comportamentos locais a interesses globais que estão sempre em vias de se modificar. “Tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes” (SANTOS, 2000: 52). O empreendedorismo, que transforma os espaços, as pessoas e suas relações em simples fontes de recursos, é facilmente vislumbrado no posicionamento de nossa equipe, que toma a favela como uma localidade inerte.

Embora as verticalidades existam e persistam também na favela, estratégias e táticas são igualmente inventadas nas mais diversas circunstâncias em enfrentamento às hegemonias. É de distintos lugares que partem as resistências. Isso porque, como salientamos, ao mesmo tempo em que o território é cortado por verticalidades, ele também é tomado por horizontalidades. Se nas verticalidades impera o tempo regido por um relógio único e inexorável, nas horizontalidades temos várias temporalidades ao mesmo tempo, os relógios são os mais diversos e funcionam de formas particularizadas.

É nas horizontalidades que se dá o “espaço banal”, “o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências” (SANTOS, 2000: 53). Espaço este onde há uma produção local de uma integração solidária, “obtida mediante

solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica” (SANTOS, 2000: 54). Resistindo às forças hegemônicas que incidem no território, a diversidade trabalha a favor da sobrevivência do conjunto. Longe de acordos explícitos, a própria existência depende da criação de soluções diárias constituídas através de saberes moleculares que rompem com as verticalidades. Nesta perspectiva, o território “comporta, também, um aporte da vida, uma parcela de emoção, que permite aos valores representar um papel. O território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso [...] constitui um abrigo” (SANTOS, 2000: 54).

Lampejos de resistência

Como sustentarmos que no ato de Emma, ao negar se submeter às intervenções da organização social, há algo da ordem de uma resistência? A princípio, o episódio narrado parece apontar para um lugar comum: uma intervenção mal sucedida numa família marcada pela miséria e pelos efeitos nefastos do neoliberalismo em nosso tempo. Como construir uma relação com Emma que não seja pautada pela busca da correção e apagamento da diferença? Colocar em voga as singularidades que permeiam a existência de Emma implica, necessariamente, em apagar a dinâmica econômica e política na qual a sociedade se baseia e que é produtora de miséria?

A resistência de Emma é um ato paradoxal, pois, apesar do sofrimento de viver na miséria, ela se nega a sujeitar-se a uma “inclusão” diferenciada, desde o início calcada em categorização e vigilância. Emma foi abordada como aquela a quem tudo faltava: não tinha dinheiro, aos filhos faltava cuidado, não possuía emprego, não tinha estudo... Ou seja, a determinação de seu lugar se deu a partir do incômodo da equipe da ONG: para os especialistas (psicólogos, pedagogos e assistentes sociais), era urgente capacitá-la, integrá-la para melhor viver em sociedade; ter os filhos limpos e disciplinados e um trabalho formal era o modo de viver a ser formado. O pauperismo, sob esta perspectiva, não foi encarado como inerente ao sistema econômico-político vigente; a situação de extrema pobreza foi assumida como uma experiência de risco, a qual dizia respeito à forma como aquela família vivia.

Emma atualiza em ato uma tensão inaugural que marca o surgimento da sociedade ocidental moderna: o hiato surgido no impasse entre a organização econômica (capitalismo), que tem como correlato o aumento da miséria e desigualdade; e uma organização jurídico-política (Estado Democrático), a qual se sustenta na ideia de

igualdade de direitos. Essa fratura, surgida no seio das primeiras concentrações industriais, representa, desde então, um risco à ordem social vigente. Castel (1999) afirma que o cerne desse conflito é existência do que denominou “inúteis” (vagabundos, loucos, mendigos, bêbados, etc.). Com o adensamento demográfico e a constituição de grandes cidades, a miséria, além de ganhar maior densidade, se tornou mais visível - o que exigiu da sociedade e do Estado a implementação de uma série de intervenções para conjurar a possibilidade de insurreições.

Frente a essa ameaça de fratura, fez-se imprescindível a criação de tecnologias de regulação da miséria: era preciso gerenciá-la sem, no entanto, prejudicar a ordem econômica e política. Afinal, sendo a pobreza inerente ao funcionamento do sistema econômico-político, ela não pode ser encarada como exterior à sociedade. Eis que neste contexto emerge “o social” como um campo de intervenção da sociedade sobre sua margem. Ou seja, o pauperismo é necessário ao capitalismo e à sociedade; porém, em certa medida, ele pode converter-se num risco ao sistema – logo, é preciso regular essa margem sem, no entanto, acabar com a miséria (CASTEL, 1999; SILVA, 2005).

As sociedades democráticas, reconhecendo sua dupla segmentação, lidam com o tema do social com uma política de duas faces. Trata-se, por um lado, de defender a sociedade contra o indivíduo potencialmente perigoso e, portanto, proteger o indivíduo contra os riscos sociais. O indivíduo mencionado, porém, não é o mesmo. São indivíduos oriundos de segmentos diferentes: o primeiro é o pobre, o marginal, o carente; o segundo, o economicamente ativo, o trabalhador, o eficiente. (FERREIRA-NETO, 2004: 97)

Como nos adverte Castel (1999: 526), a questão social colocada hoje, “para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX”. Torna-se necessário indagarmos se essa semelhança acarreta a repetição das mesmas estratégias de controle. Ferreira-Neto (2004) ressalta que na história recente do Brasil “o social” surge como um tema importante nos anos 1980, e que assim sua problematização se impôs ao campo da psicologia que, desde então, vem reconfigurando seu trabalho e colocando em análise sua implicação com este campo de intervenção. Embora marcado por questões próprias ao neoliberalismo, o social que emergiu no cenário da industrialização, na Europa, encontra, ainda hoje, no Brasil, ressonâncias. Em nosso tempo, a economia se tornou uma razão dominante, ou seja, ela tem prevalecido sobre todas as dimensões da existência. Com isso, a fratura de agora se presentifica na divisão

da “sociedade ativa como econômica, e passiva como vida social” (FERREIRA-NETO, 2004: 98).

Se na sociedade industrial o trabalho assalariado era o suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, a nova questão social hoje questiona essa função integradora do trabalho. Haveria na atualidade uma desmontagem do sistema de proteção que era atrelado ao emprego, o que tem como efeito a produção de uma instabilidade que atinge não só o mundo do trabalho, mas todo o tecido social (CASTEL, 1999).

A supremacia do mercado nas relações econômicas geram transformações no mundo do trabalho e nos modos de subjetivação, o que exige da Psicologia permanente e cuidadosa análise dos efeitos de suas intervenções (FERREIRA-NETO, 2004). A Psicologia, nesta perspectiva, ocupa um lugar crítico, pois suas práticas voltadas ao dito “social” estão sempre a equilibrar-se no fio da navalha: entre as intervenções que possibilitam potencializar a vida, ao romper com naturalizações e modos instituídos de existência; e as práticas de controle que, ao incidirem sobre as existências de forma determinista, as engessam em classificações, marcações e formas, ignorando, desse modo, a experiência dos sujeitos.

Acreditamos que nossa dificuldade em encontrar na existência de Emma faíscas de resistência talvez aponte para o modo como hegemonicamente vem se dando a relação da psicologia com a “questão social”. Historicamente, as práticas psicológicas dirigidas ao social tendem a transformar os sujeitos em objetos de intervenção. De acordo com Rose (1998), a constituição da Psicologia como uma disciplina calcada no cientificismo, bem como sua aptidão e seu destino estão acoplados à emergência do “social” como um território do nosso pensamento e da nossa realidade. A psicologia, nesse sentido, não só transforma o social em objeto de conhecimento e alvo de intervenções: ela contribui ativamente para sua constituição.

Essa forma de lidar com o social ainda insiste em nossas práticas: deparar-se com a miséria extrema cria em nós uma urgência de intervir e, por vezes, tutelar, sem, contudo, avaliar os efeitos produzidos. Cremos, no entanto, ser necessário se deixar mobilizar de outras formas que não aquelas que destituem os sujeitos de seu potencial de insurgência. A resistência habita as frestas, e para acessá-las, é preciso se deixar tocar pelo inesperado. Emma resiste não porque é apenas produto da miséria; sua existência, sua negação à tentativa de convencimento coloca em xeque as formas instituídas de sociedade: forma estética (mulher suja e sem vaidade), forma moral

(nega-se a ter um trabalho formal, é tida como preguiçosa, entregue ao vício), forma jurídica (mãe supostamente negligente). Então, se por um lado Emma e sua família são jogados à franja da sociedade que se alimenta da produção da miséria – situação essa urgente e que precisa ser encarada em sua complexidade -, por outro, Emma resiste a uma “inclusão” conveniente que serve mais para justificar seu controle do que para conjurar a situação em que vive. Como lembra Castel (1999: 138), a razão cínica indica que “quem nada tem para preservar corre o risco de querer apropriar-se de tudo” - pretexto apresentado como satisfatório para controlar os indivíduos pelo risco que representam.

Diante de experiências tão marcadas pela miséria, a questão que se impõe é a de como se aliar a forças de resistência que parecem não existir. Nessa tomada da vida pelos mecanismos de controle, a produção da pobreza e o processo de marginalização apagam a complexidade das existências e, por vezes, parecem deixar despercebidas as múltiplas reversibilidades envolvidas. A respeito dessa sensação de derrota, cujo efeito mais imediato é a tomada da resistência como algo distante e, por vezes, inexistente, Didi-Huberman nos presenteia com importante contribuição ao se remeter a uma experiência de Pasolini.

Essa sensação de derrota que experimentamos na contemporaneidade teria ganhado significação num texto escrito por Pasolini em 1975. No auge de seu esgotamento político, arrebatado pelo que definiria como ditadura industrial e consumista, em que todos se expõem como uma mercadoria, o cineasta/poeta encarnou um pessimismo diante da vida, diante de seu desejo de ver aquilo que sobrevive e resiste. Anos antes (1941), em uma bela e entusiasmada carta, Pasolini fala dos eventos de uma noite de aventura juvenil. Em sua narrativa, a leveza das experimentações daquela noite ganha sentido quando, inesperadamente, há o encontro do cineasta com uma nuvem de vaga-lumes. Trinta e quatro anos mais tarde, nove meses antes de seu brutal assassinato¹, ele volta a falar dos pirilampos; contudo, o tom agora é outro, sombriamente disserta sobre seu desaparecimento. O sumiço dos vaga-lumes, segundo Pasolini, não fora determinado simplesmente pela sombra da noite; eles esvaeceram na ofuscante claridade dos projetores do fascismo, modificado, porém remanescente mesmo após a derrota de Mussolini. “Trata-se de um lamento fúnebre sobre o momento em que, na Itália, os vaga-lumes desapareceram, esses sinais humanos da inocência

aniquilados pela noite - ou pela luz “feroz” dos projetores - do fascismo triunfante” (DIDI- HUBERMAN, 2011: 25).

Didi-Huberman retoma os textos de Pasolini de forma intrigante; ressalta nos escritos do cineasta a preponderância de uma abordagem apocalíptica, a qual justamente o impede de dar a ver aquilo que sobrevive. [...] “num estranho paradoxo no qual o discurso de denúncia, por mais lúcido e ‘luminoso’ que seja, ajuda a ofuscar justamente as existências que sobrevivem ou se reinventam, com sua discreta luminosidade” (PELBART, 2013:18). As relações de força hegemônicas nos fazem acreditar e agir como se estivéssemos derrotados, daí estarmos sensíveis apenas à noite escura ou aos holofotes de denúncia estéreis. Agir como vencidos é sermos guiados pela sensação de não haver resistência. “Mas uma coisa é designar a máquina totalitária, outra coisa é lhe atribuir tão rapidamente uma vitória definitiva e sem partilha” (DIDI-HUBERMAN, 2011: p.47).

O que desapareceu completamente não foram os vaga-lumes, mas sim a capacidade de ver aquilo que não desaparece, apesar de tudo; aquilo que em sua inocência insiste em existir, apesar da escuridão da noite ou da claridade dos holofotes. Apesar de tudo da máquina, os vaga-lumes, ou aqueles que resistem, no nosso caso, estão por aí. Em alguma brecha, em pequenos lampejos, eles ainda se amam, cuidam-se, protegem-se. Talvez, eles apenas tenham se afastado de nosso campo de visão, posto que as práticas fascistas disseminam-se, e nós nos encontramos afoitos por denunciar as mazelas dessa máquina mortífera. Quem sabe a maneira como estamos direcionando nosso campo de saber privilegie a visibilidade dos vencidos e dos que sucumbem e, assim, tornamo-nos cegos às dobras dos contrapoderes que estas mesmas pessoas criam (PELBART, 2013).

Nesses tempos sombrios, a resistência é tênue e discreta; assim, ocasionalmente, nossos projetores ferozes de denúncia as afastam de nossos olhos. De fato, não podemos perder de vista a denúncia das práticas fascistas cotidianas; contudo, é importante que não ofusquemos os rastros deixados pelos clarões erráticos e intermitentes. De vez em quando, seria bem mais lícito entender que simplesmente os vagalumes se vão. “Que eles ‘desaparecem’ apenas na medida em que o espectador renuncia a segui-los. Eles desaparecem de sua vista porque o espectador fica no seu lugar que não é mais o melhor lugar para vê-los” (DIDI-HUBERMAN, 2011: p.47).

É quando as subjetividades são tomadas em sua complexidade que é possível encontrarmos lampejos de vidas que se afirmam como singulares, que se insurgem

contra as forças que investem na produção de identidades marcadas pela impotência: Emma miserável, faltosa, mãe negligente... Às vezes, em meio ao terror, no acaso, ainda aparecem pequenas faíscas de resistência que apontam para a contramão dos empreendedorisos de si. Histórias marcadas pelo cuidado e amizade que se distinguem de uma moral do investimento em si, marcada pela superação do sofrimento através da adequação às normas e padrões de produtividade. Como bem ressalta Pelbart, (2013: 14) a lógica de funcionamento da biopolítica é análoga às dobras da fita de *Moebius*: “dada a reversibilidade que lhes é intrínseca, em certas condições, revelam o seu avesso. Como se, nos dois casos, fosse preciso ir até o limite de um processo para virá-lo do avesso”. O avesso revelado, portanto, estava presente desde o início.

Considerações finais

Nas nervuras dos becos, através dos gestos mais simples, os emaranhados de linhas e nós rompem cotidianamente com a sina imposta de fora. Sina esta que teima em pretender engessar aquelas vidas em representações simplistas – o traficante, a doméstica, o trabalhador, o bandido, o “menor”.

Apesar de renitentes, representações são estilhaçadas no cotidiano. Como nas palavras de Maurice Blanchot, o cotidiano é “o que há de mais difícil a descobrir” (BLANCHOT, 2007: 235). Mas como pode o pesquisador viver a favela de dentro e não do alto? Certeau nos dá uma pista através de seus “praticantes ordinários da cidade” (CERTEAU, 1994: 171). Estes seriam sujeitos errantes possuidores de uma forma própria de apreensão da cidade. Detentores de saber subjetivo, lúdico e amoroso, os praticantes, desenvolvem uma cegueira, o que lhes garante experimentar a cidade de um outro lugar que não o da cidade espetáculo.

O cotidiano não se vive de fora, é preciso estar imerso nele para poder enxergar de perto os esboços inconclusos, onde, de fora, a luz da academia, em geral, só permite apreender identidades. É necessário descer do trem e perfazer os caminhos cáusticos... Pois, da locomotiva de passagem, da janela embaçada, observando passivos e contempladores, tornamo-nos míopes às ranhuras e dobraduras que se desprendem do “todo”. Totalidade essa verbalizada na voz corriqueira dos bastiões da moral: “Favelado é bandido ou trabalhador!”.

Para quem olha de fora, o cinza só se faz presente nos barracos amontoados; as pessoas, estas são sempre boas ou más, trabalhador romantizado ou bandido mau, é tudo

preto ou branco. Mas quem deita seus pés naquela terra sabe que nem o cinza dos barracos é o mesmo... cada casa, uma história única e especial. Por mais que os tentem uniformizar ou romantizar, moradores de favela não são todos iguais. Em geral, as pessoas pouco sabem a seu respeito: boia-fria, babá ou doméstica são apenas ofícios, isso é apenas parte desses viventes.

Na cena que inicia nosso artigo, os funcionários da empresa social, por certo, tomam o território de origem de Emma apenas como lugar de afirmação de uma identidade pré-definida. Uma estrangeira aos olhos dos homens do asfalto liso, estrangeirice cotidianamente apagada, pois invisibilizada na homogeneização do que entendiam por favelado. Contudo, naquele caso, algo fugiu do previsto: a arrogância travestida de piedade não encontrou uma cena para validar sua boa intenção. Emma recusou de forma veemente as ofertas da equipe.

O homem lento de Milton Santos ou o praticante ordinário de Certeau resistem à pacificação dos sentidos. À sua maneira, Emma e tantos outros inventam formas de habitar a cidade por suas brechas, sempre à terceira margem do Rio. Desafiando a construção do consenso em torno do discurso do empreendedorismo, sua simples presença cotidiana explicita conflitos e provoca dissenso ao apontar para uma cidade viva.

Com Emma, percebemos que o território é determinante. Ele não é apenas um mapa de vida, um quadro inerte, é sim um espaço vivido, “isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo” (SANTOS, 2000: 56).

Referências

- BLANCHOT, Maurice. A fala cotidiana. Em: *A conversa infinita 2: a experiência limite*. São Paulo: Escuta, 2007.
- CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. Em: *A invenção do cotidiano: 1- Artes de Fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5. São Paulo: Ed. 34. 2012.
- _____. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia: vol.3*. São Paulo: Ed. 34. 1996.

- DIDI- HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FERREIRA-NETO, João Leite. *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. Ed: Escuta, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes 2008.
- _____. Aula de 17 de março de 1976. Em Foucault, M. *Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária Ltda., 2004.
- GUATTARI, Felix. *Revolução molecular*. Pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*, Petrópolis, Vozes, 1993.
- HARA, Tony. Mídia, subjetividade e juventude. *Revista Verve*, Nº 12, 2007.
- LAZZARATO, Maurício. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo/ N-1 edições, 2014.
- _____. Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo. *Cadernos de Subjetividade*, 2010.
- _____. Posfácio. Em: REUNIG, G. *Mil Máquinas: breve filosofia de las máquinas como movimiento social*. Madrid: Traficante de Sueños. 2008.
- MELVILLE, Herman. *Bartleby, o escrivão*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2003.
- ORELLANA, Rodrigo de Castro. A ética da resistência. *Revista Ecológica*, vol. 2, p. 37-63. 2012.
- PASSETTI, Edson. Governamentalidade e violências. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.1, 2011.
- PELBART, Peter Pál . Tudo é feito para conexão absoluta, a mais saturada possível, <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/557790-qtudo-e-feito-para-conexao-absoluta-a-mais-saturada-possivelq> acessado em 10 de dezembro de 2016.
- _____. *O avesso do nihilismo: cartografias do esgotamento*. São Paulo: N-1 Edições. 2013.
- _____. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- _____. A nau do tempo-rei. In. _____. *A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o tempo da loucura*. São Paulo: Imago, 1993.
- ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Global, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Rosane Neves da. *A Invenção da Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Paula de Melo Ribeiro.
Psicóloga Fundação Municipal de Saúde de Niterói.
E-mail: paulamelo_psi@yahoo.com.br

¹ A morte de Pasolini é ainda hoje cercada de mistério. Oficialmente ele teria sido espancado e atropelado por um jovem garoto de programa. Contudo, várias teorias paralelas circulam e muitos denunciam a negligência das autoridades quanto à investigação do crime. Testemunhas não teriam sido ouvidas, assim como provas teriam sido abandonadas. O que se veicula é que há indícios de fundo político no crime.